

GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: densidades para a consolidação de Uma Educação Democrática e partitiva.

Francisca Thyanne de Souza Vale¹
Maria Aparecida dos Santos Ferreira²

INTRODUÇÃO

A missão do gestor escolar vem se transformando ao longo da história de democratização do Brasil. Na medida em que a sociedade se modifica passa a exigir que as escolas acompanhem esta transformação, tornando -se necessário buscar novas maneiras de atender essas exigências provenientes desse novo modelo sociedade.

As discussões a respeito dos princípios de uma gestão democrática na educação pública Brasileira se estabeleceu de forma mais concreta a partir da promulgação da constituição Federal em 22 de Setembro de 1988 em seguida da primeira (LDB) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1961, a partir desse momento a gestão democrática vem se tornando objeto de constante discussão no ambiente educacional, buscando novos modelos de gestão principalmente na educação básica das instituições públicas, visando assim a implantação de novas estratégias administrativas que garantam a participação de toda a comunidade escolar como da família dos educandos nos trabalhos pedagógicos da escola.

Este artigo tem como objetivo analisar, por meio de uma pesquisa e bibliográfica e documental, os desafios para a consolidação de uma gestão democrática nas escolas públicas a partir de documentos oficiais assim como na constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional.

As reflexões contida neste artigo estão dispostas em três unidades. A primeira unidade apresenta um breve histórico da gestão escolar no Brasil. No segundo será abordado os conceitos de gestão democrática assim como as políticas legais para esse meio de gestão. Na terceira unidade será analisado os desafios para consolidação de uma gestão democrática de

¹ Francisca Thyanne de Souza Vale, Graduada no Curso de Licenciatura em Biologia no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte –RN, thyannevalled@gmail.com;

Sucesso assim como a efetivação da cidadania que se torna hoje um dos maiores desafios dos gestores escolares.

Os conceitos que norteiam esse artigo, parte de Veiga (1995, p,18.). Onde afirma “que a ação administrativa democrática aconteça é necessária a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões e nações administrativas e pedagógicas ali envolvidas” ou seja para que efetivamente ocorra um modelo de gestão democrática e necessário a participação da família assim como da comunidade em que o educando esteja inserido.

A abordagem participativa na ação escolar demanda maior envolvimento de todos os interessados no processo decisório da escola, mobilizando-os, da mesma forma, na realização das múltiplas ações de gestão. Esta abordagem aplica, ao mesmo tempo, o acervo de habilidades e de experiências que podem ser aplicadas na gestão das escolas, enriquecendo-as e aprimorando-as. (LÜCK.2005, p.18)

Neste sentido, a realização desse trabalho se justifica diante da necessidade de buscar novos métodos para superar o abismo que existe entre o discurso e a nossa realidade, no que se refere a administração pública das nossas instituições de ensino, propondo mecanismos que fundamentem esse novo modelo de gestão.

1. Um Breve Histórico da Gestão democrática no Brasil.

Pretende-se com esse tópico destacar brevemente alguns pontos que marcaram a trajetória histórica da gestão democrática no Brasil. A educação no Brasil, vem sofrendo influencias dos países desenvolvidos desde do seu período colonial, havendo transpassado por vários momentos de lutas, buscando atingir o propósito de uma escola nova, publica e democrática que contemplassem toda população independente da sua classe social.

Ao longo de sua história educação vem sendo dividida em duas classes, havendo assim uma distância entre as leis prevista no papel e as que realmente são executadas.

PILLETI (1997) desta:

As leis são feitas, mas não se providenciam recursos para que sejam cumpridas. Observa-se, no entanto, que o bloqueio contra o acesso e a permanência na escola tem sido furado algumas vezes e em alguns lugares. Mas isso nunca se deu em decorrência da ação dos poderes públicos. E sim como resultado da organização e da luta das classes populares em defesa dos seus direitos em matéria educacional.

(PILLETI, 1997, p.22)

Ainda segundo o autor, essas leis são criadas e aprovadas apenas no papel. Como um meio de demonstrar o interesse dos políticos na educação onde na verdade a educação está dividida em duas classes, sendo elas, a classe dos economicamente privilegiados e a outra dos desfavorecidos economicamente.

A educação Brasileira no período colonial foi marcada pela fé católica, onde os padres se aproveitavam do poder de manipulação que exerciam sobre os índios, impondo a eles a fé católica e oferecendo o ensino das primeiras letras, criando as condições necessária para o ensino da catequese, estabelecendo por tanto os hábitos europeus como citado a baixo.

Mas não se pode negar que o trabalho dos padres foi eficiente. Em poucos anos cobriram o território com missões, escolas de ler, escrever e cantar, e colégios, mesmo no campo educacional observamos que, por trais do objetivo aparente de ensinar as primeiras letras e as humanidades, buscava-se na verdade a submissão a fé e aos costumes europeus. (PILLETI,1997, p.23)

Assim foi a educação no período colonial no Brasil.

Posteriormente no período da primeira república não houve mudanças na estrutura patrimonialista e autoritarista que vigorava no regime anterior, esse período ficou marcado pela política do “café com leite” e pelo “voto cabresto”.

Em 1930 acontece a revolta de uma revolução que viria a ficar conhecida como “revolta 1930”, gerada devido a crises do desenvolvimento na educação que gerou uma serre de movimento e revoluções que almejavam o rompimento político e econômico e fosse implantada definitivamente o capitalismo no Brasil. Neste mesmo ano foram criados os ministérios da educação e da saúde pública. Já em 1931 foi implantada a reforma Francisco Campos, que veio a organizar de forma eficaz o ensino secundário e superior no Brasil.

Diante de tudo isso a década de 1930 se caracterizou pelas grandes mudanças que ocorreram principalmente na política, economia e na sociedade. Onde o povo Brasileiro passou a ser uma classe política de fundamental importância para as relações entre o modelo econômico e o sistema educativo, gerando com essa parceria um alimento da economia e consequentemente um avanço na Educação.

OLIVEIRA (2005) afirma que:

As relações que podem existir entre o sistema educacional e o sistema econômico são, assim mais profundos. Eles se medem não apenas em termos de defasagem, ais também em termos de exigências reais do modelo

econômico. Ambas determinam o grau de avanço ou de atraso da escola. (OLIVEIRA,2005, p.56) ”.

Nessa conjuntura, os educadores do movimento da escola ativa, ou como também denominado escola nova, incorporavam o pensamento liberal democrático, a fim de alcançar uma sociedade igual para todos. A nova educação busca mudar o rumo da educação tradicionalista e intelectualista, sim na história da educação existiram movimentos que visavam a reforma da educação existente.

Com o fim do estado novo, decorrente de um longo processo de desgaste do governo na década de 1940, que chegou ao fim em 1941, foram criadas duas novas leis, o SENAI – serviço nacional de aprendizagem comercial, Lei de Nº 8.621 de janeiro de 1946 e a primeira (LDB) Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Essas leis contribuíram para que a educação nacional conseguisse atender as exigências imposta pela sociedade posteriormente a Revolução de 1930.

Durante a ditadura militar que teve início em 31 de março de 1964, ocorreu uma alternância de cinco generais na presidência da República. Onde a educação foi marcada pela privatização do ensino, a retirada de uma grande parcela das classes menos favorecidas dos cursos profissionalizante, o tecnicismo pedagógico, a desvalorização do magistério em virtude de uma confusa legislação educacional. A forma de governo autoritária que se configurava no cenário político do Brasil impediu qualquer forma de diálogo sobre democracia na gestão escolar.

No ano de 1980, com a redemocratização do país, as ciências passaram a ser utilizadas de maneira ampla na administração das escolas públicas, nota-se que durante esse período termos como, como gestão, autônoma e comunidade escolar participativa, tornara-se termos de muita importância, frente aos desafios imposto para a reconstrução de uma sociedade democrática.

Para LUCK (2005) é a partir do ano de 1980, que os movimentos a favor da democratização e da gestão democrática nas escolas públicas se início. Posteriormente, surgiram novas reformas educacionais e recomendações legislativas fortalecendo assim o movimento da qualidade educacional.

Com a promulgação da constituição federal do Brasil em 1988 foi consolidada a gestão democrática nas instituições públicas de ensino, que estabeleceu nos seus artigos 205 e 206, que a educação Brasileira, direito de todos dever do estado e da família, seria promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em 1996, com a aprovação da (LDB) Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional de Nº 9394/96 institui o já decretado na constituição federal e fortaleceu o caminho da democratização das escolas públicas.

A gestão educacional cresceu ligada intimamente as ideias integrais e dinâmicas a respeito da educação como por exemplo o combate à sua porção política e social, participação e cidadania.

Para LÜCK (2005) evidencia:

O ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas. Reformas nacionais juntamente com iniciativas em âmbito estadual e municipal estão alterando as práticas pedagógicas e a organização escolar, na tentativa de dar eficácia a escola e universalizar o seu acesso. Nunca antes na história do Brasil a questão da educação pública foi tão evidente na mídia, na vida, na política e na consciência do cidadão comum. Em se reconhecendo amplamente que a educação é um elemento fundamental no desenvolvimento social e econômica e que o ensino no país [...] (LÜCK. et.al.2005, p.9).

E importante entender como ocorreu o processo histórico da formação da gestão nas escolas públicas Brasileiras para compreendemos os avanços que ocorrem ao longo do tempo no lutar por uma sociedade democrática e com direitos iguais para todos. Esse tópico apresentou o breve histórico do processo de transformações que ocorreram ao longo do tempo nos modelos tradicionais de administração escolar e a implantação da gestão democrática a partir da Constituição Federal de 1988.

Conclui – se que ao se tomar consciência de que a gestão escolar excede a administração escola, resultara em uma nova forma de gestão voltada para uma sociedade atuante e efetiva na tomada de decisões e planejamento escolar, visando a soluções de problemas da existência e funcionalidade das instituições de ensino.

2. **Contextualizando Gestão Democrática:** Uma questão de legislação

Neste segundo tópico abordaremos o contexto de gestão democrática, assim como as políticas legais e institucionais para sua efetivação.

A gestão democrática da educação constitui-se na clareza e efetivação da autônoma de um trabalho coletivo. Desta forma tornando-se uma administração concreta, como conclui Cury (2007) ao dizer que o trabalho acontece de forma concreta, e de fato quando existe resultados

visíveis do quilo que se pretende alcançar por meio de uma gestão democrática e participativa. Para um maior entendimento de gestão escolar deve-se observar a definição da palavra democracia segundo o dicionário prático pedagógico. Democracia, sistema de governo no qual existe a soberania popular e todos os indivíduos tem direito de participar das decisões, por meio das iguais possibilidades de atuação no governo e igualdade perante a lei. (TÂNIA,2008, p.80).

De acordo com CUNHA (2005)

(...)a dignidade é o valor de que se reveste tudo aquilo que não tem preço, ou seja, não é passível de ser substituído por um equivalente. Dessa forma, a dignidade é uma qualidade inerente aos seres humanos enquanto entes morais: 13 na medida em que exercem de forma autônoma a sua razão prática, os seres humanos constroem distintas personalidades humanas, cada uma delas absolutamente individual e insubstituível. Conseqüentemente, a dignidade é totalmente inseparável da autonomia para o exercício da razão prática, e é por esse motivo que apenas os seres humanos revestem-se de dignidade. (CUNHA,2005, p.82).

Quando discutimos democracia, é fundamental que se defina em qual setor a gestão e democrática e legítima e desejada. A participação de ser almejada por todos aqueles que acreditam na educação como forma de contribuição para a melhoria da qualidade da mesma e conseqüentemente da sociedade, pois é o exercício da cidadania e a participação da comunidade (família, comunidade. etc.) que ajudam na consolidação de uma escola verdadeiramente democrática. Em razão de que a gestão escolar vai muito além do sentido de mobilização de pessoas para a realização de atividades. Mas sim se encaixa no conceito de uma direção, a frente das decisões e objetivos sócios, políticos da escola. Por isso é preciso que esta gestão seja dinâmica, comprometida e motivadora para uma efetiva participação de toda a comunidade escolar que está envolvida neste processo educacional da criança segundo a LDB (1996) o gestor precisa estar capacitado profissionalmente para “administra, planejar, inspeção, supressão e orientação educacional” [..] . A arte pedagógica requer do gestor escolar capacidade de desenvolver trabalhos no qual respeito à formulação do projeto político pedagógico. Do plano anual, nas reuniões pedagógicas com os pais e funcionários assim como

nos conselhos de classes, na organização do tempo e do espaço que a criança ocupara na escola, índice de aprovação dos alunos.

Já na competência administrativa e preciso que o gestor matinha um trabalho na organização e gestão da escola, nos setores de administração e financeiro. Para esse trabalho e preciso que o gestor tenha um prévio conhecimento para contas, obtenção dos recursos e prestação de contas.

Lucky (2005) estabelece que para as áreas administrativa escalar uma:

Visão de conjunto e de futuro sobre o trabalho educacional e o papel de escola na comunidade; conhecimento de política e da legislação educacional; Habilidade de planejamento e compressão do seu papel na orientação do trabalho conjunto; Habilidade de manejo e controle do orçamento; habilidades de organização do trabalho educacional; habilidade da acompanhamento e monitoramento da programas, projetos e ações; habilidade e avaliação diagnóstica, formativa e somativa; habilidade de tomar decisões eficazmente; habilidade de resolver problemas criativamente e de emprego de grande variedade de técnicas. (LÜCK,2004, p.84).

A gestão democrática segundo PARO (2001), ocorre assim como todos os processos democráticos, será um caminho que se faz ao caminhar, é preciso que se reflita sobre os obstáculos que serão encontrados, nas capacidades e ações mostradas, já que a democratização e feita na pratica não podendo assim haver democracia sem a participação das pessoas.

Por tanto podemos definir o conceito de gestão democrática como sendo uma forma de administração que possibilita a formação de valores éticos, morais assim como da cidadania sendo valorizado assim a presença da comunidade escoar e dos pais de alunos no ambiente escolar e administração da mesma.

2.1 Legislação no processo de democratização da escola.

Para que a gestão democrática e participativa ser tornassem possível, se torno necessário a criação de políticas legais e constitucionais para a sua efetivação. Na constituição de 1988 colocam a democracia nas formas da lei, desta forma a LDB (1996), incube aos sistemas de ensino o a função de definir as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de desta forma se ajusta as suas características próprias, a mesma determina os princípios que indicam a participação dos professores, assim como da comunidade escolar. Os sistemas

de gestão precisam assegurar as instituições escolares a autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

É necessário esclarecer que as práticas de gestão pedagógicas não podem ficarem detidas apenas as instituições escolares, mais dever ser desenvolvida em toda a organização do trabalho e desenvolvimento escolar, trazendo a sim a solução dos problemas através de ações dialogadas através da escola e as famílias dos educandos tornando ampla o processo democrático nas escolas e nas questões pedagógicas que orientam o desenvolvimento das crianças.

3. Os desafios para a consolidação de uma gestão democrática.

A gestão democrática nas escolas tem se revelado como um sistema complexo e cheio de desafios, onde cada instituição escolar deve organizar maneiras de enfrentar esses desafios que irão surgindo ao longo da implantação e consolidação desse novo modelo de administração, levando em conta que uma das principais função da educação e a formação dos alunos para a vida em sociedade, assim um dos maiores desafios enfrentado hoje pelos gestores escolares é a democracia tal como a cidadania, que se estruturam na autonomia. As escolas que não tem em sua estrutura a autonomia enfrentarão grandes dificuldades em exercer uma gestão democrática, visando educar para a cidadania. A gestão democrática das escolas públicas e construído em sala de aula, no projeto político pedagógico, e na autonomia da escola.

Para Ferreira & Aguiar (2000, p. 197):

Gestão se constitui de princípios e práticas decorrente que afirmam ou desafiam os princípios que as geram. Estes princípios, entretanto, não são intrínsecos à gestão como a concebia a administração clássica, mas são princípios sociais, visto que a gestão da educação se destina à promoção humana.

A gestão democrática deve sempre buscar a prática coletiva, se tornando um projeto de participação de coletiva, dentro da realidade escolar. É se caracterizando por mudanças claras nas relações de poder, para essa mudança seja possível e necessário uma transformação nas atitudes dos indivíduos que estão envolvidos nesse processo de mudanças neste sentido destacasse a importância de um planejamento participativo que conte com a colaboração de

toda a comunidade escolar, visto que sem ele se tornara impossível a luta por uma gestão democrática bem-sucedida.

Essa participação da comunidade na gestão da escola proporcionará um maior conhecimento do seu funcionamento, uma maior aproximação e mais qualidade do ensino. Por tanto se torna fundamental a colaboração de todos nas decisões que dizem respeito ao projeto da escola, conselhos de classe, e na escolha do livro didático, no planejamento do ensino e da utilização do espaço físico da escola, às atividades cívicas, esportivas e recreativas, à distribuição das aulas, à elaboração da grade curricular etc. Gestão democrática é uma atitude e um método de efetivo do exercício da democracia.

Segundo Oliveira (1997, p.108):

As eleições diretas representam a possibilidade de introduzir certos elementos horizontalizados de uma relação cristalizada de cima para baixo. Porque ela não só permite como necessita de participação de todos, sem a qual não é possível prosseguir, pois lhe falta legitimidade. É nessa busca de autorização, de respaldo, que os portadores das condições últimas para gerir a escola vão refletir sobre os demais segmentos que a compõem.

Os problemas que antes era assunto exclusivo da escola passa a ser discutido com a comunidade visando assim encontra novas soluções para os problemas do contexto escolar. A participação dos pais como da comunidade se torna um dos pontos centrais do processo administrativo e pedagógico, fazendo um acompanhamento do desempenho dos alunos e professores, debatendo os projetos e dando sugestões, fiscalizando e em alguns assuntos tomados decisões. O gestor escolar continua sendo a persa central do sistema administrativo de ensino, pois tem a missão de identificar e incentivar os mais diferentes talentos para que as metas sejam alcançadas. E, essencialmente fazer uma conscientização da importância da contribuição individual de cada membro da sociedade para a melhoria da qualidade da educação. Nessa nova configuração da gestão escolar, o gestor, passar a ter um “caráter mediador que não pode restringir a um papel de controlador” (PARO, 1986 p. 29) cabendo a ele desenvolver algumas capacidades como de aprender a buscar novas parcerias, trabalhar com as diferenças e mediar conflitos, pensar a longo prazo, buscar soluções alternativas, estar em harmonia com as transformações que vem ocorrendo na aria da educação sem perde de vista as metas educacionais a serem alcançadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de vista uma gestão democrática tem fundamental importância como método de participação humana e de uma formação para a cidadania nas considerações dos educadores. Nesse sentido, a gestão democrática, na faculdade da sociedade e do conhecimento, vem buscado posicionar a educação, assim como o sistema de ensino e a escola, a serviço de novos objetivos, onde conhecimento, a participação e a autonomia unirem esforços em prol de uma melhor qualidade do ensino, se comprometendo com a formação de homens e mulheres comprometidos com a formação de homens e mulheres aptos a construir, através da participação, da autonomia, cidadãos realizados e felizes. Com frequência, surgem alguns supostos tipos de “gestão”, que se denominam como democrática e acabaram por não priorizar os princípios básicos democráticos. O que ocasionou o aumento da produtividade, a massificação do indivíduo, e um afastamento não só da coletividade, como também do diálogo. A função do gestor escolar e de agente de mudanças e de desenvolvimento na orientação de todas as atividades administrativas, pedagógicas, sociais, políticas, parece insubstituível. Porém o gestor conta com colaboração de outras agentes da comunidade escolar para a delegação de responsabilidades, nos vários momentos da organização escolar, porém cabe a ele estabelecer as diretrizes gerais para a organização da gestão escolar e por isso, se torna imprescindível entenda o verdadeiro significado da gestão democrática assim como da educação e de sua tamanha importância para o desenvolvimento da qualidade do ensino público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.292p. Disponível em: <<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>> Acesso em : 28 de junho de 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **A gestão democrática na escola e o direito à educação**. Disponível em : <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144> Acesso em : 27 de junho de 2018.

Disponível em: <<
http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=32:ldb-de-%201961&catid=1035:1961>> Acesso em: 28 de junho de 2018.

FERREIRA, N. S. Carapeto e AGUIAR, M. A. dá S. (Org.) **Gestão da Educação: Impasse, Perspectivas e Compromisso.** São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a09>> Acesso em: 20 de junho de 2018.

LÜCK, Heloisa, FREITAS, Kátia, Siqueira de. GIRLING. KEITH, Sherry. **A escola participativa – O trabalho do Gestor escolar.** Editora Vozes.2005. Disponível em : << <https://livralivro.com.br/books/show/425132?recommender=I2I> >> Acesso em : 28 de junho de 2018.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso?** In: BASTOS, João Batista (org.). **Gestão democrática.** Rio de janeiro, DP & A< 2001.

QUIROZ, Tânia Dias. **Dicionário Prático de Pedagogia.** 2º edição, São Paulo, Editora Rideel, 2008.

PARO, V.H. **Administração escolar: introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 1986. Disponível em: < <http://www.vitorparo.com.br/administracao-escolar-introducao-critica/>> Acesso em: 26 de junho de 2018.

OLIVEIRA.M. & FREITAS, H. M. R. Focus grup, Método qualitativo de pesquisa: resgatando a teoria instrumentalizando o seu planejamento. **Serie Documentos para Estudo,** PPGA / UFRGS. Porto Alegre, 1997. Disponível em : < http://www.ufrgs.br/gianti/files/artigos/1998/1998_063_ENANPAD.pdf> Acesso em : 28 de junho de 2018.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível.** Campinas: Papyrus, 1995. p. 18. Disponível em: <<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>> Acesso em : 28 de junho de 2018.